



Gros voltará sem "privilégio"

Gros foge às comparações

Paris — O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, disse que o Brasil assinou com o Clube de Paris "o acordo que era possível". Gros negou-se a comparar o resultado das negociações com os acordos obtidos por países como Argentina, México e Filipinas, alegando que o País tem pagamentos atrasados mais elevados e necessidades diferentes desses outros países. Para o presidente do BC, o acordo foi bom.

Gros reconheceu que, para um acordo ser considerado excelente, é necessário haver perdão de parte da dívida, como já ocorreu com outros países. Mas o País não conseguiu obter esse privilégio. Nos meios financeiros franceses, o acordo foi considerado apenas razoável, quase clássico, com menos concessões do que foram feitas a outros devedores do mesmo grupo, que têm obtido condições mais interessantes, principalmente prazos mais amplos. Para Gros, a originalidade nas negociações como Brasil foi o fato de os credores terem admitido reescalonar o que já havia sido negociado anteriormente.

As dificuldades nas negociações, no entanto, não surpreenderam o presidente do BC. Gros afirmou que sempre insistiu em que as discussões seriam difíceis e complexas, mesmo porque a capacidade de pagamento do País era limitada, não havendo excesso de divisas para oferecer aos credores. Ele também havia se convencido de que as regras tradicionais de negociação do Clube de Paris não poderiam resolver os problemas do Brasil, sendo necessário convencer os credores a aceitar um modelo brasileiro. Isso acabou ocorrendo, segundo Gros, no momento em que os governos credores aceitaram negociar o que já havia sido negociado em acordos anteriores.

Esse modelo de negociação demorou algum tempo para ser assimilado nas discussões, o que pode ter alimentado uma falsa impressão de que o País caminhava para um impasse com o Clube de Paris. Essa idéia de ruptura, no entanto, nunca ocorreu. Em nenhum momento a delegação do Brasil ou os representantes dos credores imaginaram deixar a mesa de negociações. O ministro Marcílio admitiu uma suspensão dos trabalhos por uma semana, para que os representantes dos países credores, nem sempre com mandato político para um acerto que fugisse das regras restritas do Clube, pudessem consultar seus respectivos governos. Mas ninguém disse que o acordo não poderia ser fechado.